

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 106.731 - SP (2018/0338519-6)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : J DA C M (PRESO)
ADVOGADO : VALDEMIR ALVES DE BRITO - SP189699
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. INADMISSIBILIDADE. INTERPOSIÇÃO FORA DO QUINQUÍDIO LEGAL. INTEMPESTIVIDADE. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. NEGATIVA DE AUTORIA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE SOCIAL DO ACUSADO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

Recurso em *habeas corpus* não conhecido.

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por **J da C M** contra o acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo, que denegou a ordem no HC n. 2169528-71.2018.8.26.0000.

Inferre-se dos autos que a denúncia contra o recorrente foi recebida, bem como decretada a sua prisão preventiva no dia 17/7/2018, pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da comarca de Limeira/SP, pela suposta prática do delito previsto no art. 217-A, *caput*, c/c o art. 226, II, e o art. 234-A, todos do Código Penal, por diversas vezes (fls. 103/104).

A defesa pleiteou a revogação da custódia cautelar, mas o Magistrado singular indeferiu o pedido em 25/7/2018 (fl. 140).

Irresignada, impetrou *habeas corpus* na Corte de origem. Por unanimidade, o *writ* foi parcialmente conhecido e denegada a ordem nos termos da seguinte ementa (fl. 177):

Habeas Corpus - Crimes de estupro de vulnerável - Insurgência contra a manutenção da prisão cautelar - Alegações de ausência de fundamentação na r. decisão objurgada, dos requisitos da prisão preventiva e de prova da prática dos crimes - Inadmissibilidade - Descabida a pretendida discussão

aprofundada, nos angustos lindes do remédio heroico, acerca da prova da prática dos crimes - Prisão cautelar escorreitamente mantida, em perfeita consonância com a norma do artigo 93, inciso IX, da Carta Constitucional de 1988 e com os ditames do artigo 312 do Código de Processo Penal, eis que motivada na gravidade *in concreto* dos delitos, reveladora da periculosidade do agente - Descabimento, por inadequação, de qualquer das medidas cautelares pessoais instituídas pela Lei nº 12.403/2011. *Writ* parcialmente conhecido e denegado.

No presente recurso, o recorrente alega que não há fundamentação no decreto prisional e que não se encontram presentes os requisitos necessários para a custódia cautelar.

Afirma que está sendo acusado por um crime que não cometeu e destaca as suas condições pessoais favoráveis.

Sustenta que a denúncia é inepta, genérica e não merece prosperar.

Requer, assim, o provimento do recurso para que possa responder ao processo em liberdade. Subsidiariamente, pugna pela concessão da prisão domiciliar ou aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Em 14/12/2018, indeferi o pedido liminar (fls. 221/223).

Solicitadas as informações, essas foram prestadas às fls. 227/230. O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do recurso (fls. 234/240).

É o relatório.

Com razão a nobre Subprocuradora-Geral da República, cujo parecer estou de acordo e adoto como razões de decidir.

O recurso é intempestivo, como bem observado no parecer ministerial, nestes termos (fl. 236):

[...]

Com efeito, a certidão de fls. 185 (e-STJ) dá conta de que o acórdão recorrido foi disponibilizado no DJE de 5/10/2018 (sexta-feira) e considerado publicado na data de 8/10/2018 (segunda-feira). Assim, o prazo de 5 dias, previsto no artigo 30 da Lei n. 8.038/90, iniciou-se em 9/10/2018

(terça-feira), encerrando-se em 13/10/2018 (sábado), com a consequente prorrogação para o dia 15/10/2018 (segunda-feira). Todavia, a irresignação em tela foi protocolada em 16/10/2018, portanto, intempestivamente, o que impõe, como dito, que não seja o recurso conhecido, na esteira da jurisprudência desse STJ, consoante se pode conferir abaixo:

[...]

De qualquer maneira, não me deparo com constrangimento ilegal passível de ser reparado por meio de *habeas corpus* de ofício.

Inicialmente, cabe ressaltar que, na via do *habeas corpus*, não há como se discutir a negativa de autoria, pois demandaria o reexame aprofundado do conjunto fático-probatório que compõe o processo principal. O envolvimento ou não do agente no delito que lhe é imputado é matéria cuja análise é reservada à ação penal, bastando, para justificar a prisão cautelar, haver indícios de autoria, o que, *in casu*, aconteceu.

Ademais, colhe-se dos autos que as insurgências apresentadas pela defesa – a concessão da prisão domiciliar, bem como a inépcia da denúncia – não foram objeto de análise pelo Tribunal *a quo*, razão pela qual, a análise das matérias por este Superior Tribunal incorreria em indevida supressão de instância.

Em relação à fundamentação da custódia cautelar, diz a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que toda prisão imposta ou mantida antes do trânsito em julgado de sentença penal condenatória, por ser medida de índole excepcional, deve vir sempre baseada em fundamentação concreta, isto é, em elementos vinculados à realidade.

Não há como afastar, aqui, a conclusão do Tribunal *a quo* de que se faz necessária a segregação cautelar do recorrente (fls. 179/181 – grifo nosso):

[...]

Infere-se dos autos que, em datas e horários indeterminados, antes de 07 de abril de 2018, na Rua Valentim Honório de Oliveira, no 366, Bairro Primeiro Distrito Industrial, no município de Iracemápolis e Comarca de Limeira, **o paciente, por diversas vezes, de forma continuada, teve conjunção carnal com menor de catorze anos, a saber, sua filha, I O M,**

transmitindo à vítima o vírus HPV, doença sexualmente transmissível de que sabia ou deveria saber ser portador.

Consta, ainda, que o paciente residia na mesma casa que a sua filha (com quatro anos de idade atualmente) e, antes de 07 de abril de 2018, por diversas vezes, agindo para a satisfação de sua libido, passou a manter conjunção carnal e a praticar atos libidinosos com a criança.

Segundo exsurge dos autos, o paciente, no interior de sua residência, aproveitando-se dos momentos em que sua esposa, e genitora de Isabel, não estava no imóvel, praticava coito anal com a vítima, bem como introduzia seu órgão sexual na boca da infante, com ela praticando sexo oral.

Esses dados, que emergem dos autos do mandamus, evidenciam a presença de indícios suficientes da autoria atribuída ao paciente e de prova da materialidade, de sorte a autorizar perfeitamente a instauração da persecutio criminis em Juízo para apuração da prática por ele dos graves crimes de estupro de vulnerável, exteriorizando-se, assim, o *fumus commissi delicti*.

Ora, mesmo que assim não fosse, o certo é que **não se pode buscar o revolvimento da matéria fático-probatória nos angustos lindes do remédio heroico, com o escopo de afastar a responsabilidade do paciente pelos crimes que lhe são imputados**, como tem ditado iterativamente a jurisprudência:

[...]

De outro vértice, o *periculum libertatis* também está estampado na r. decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, máxime para a garantia da ordem pública, em face da **gravidade in concreto dos delitos, reveladora da periculosidade do agente, a quem se imputa a prática de conjunção carnal e atos libidinosos diversos da conjunção carnal com criança de 04 anos de idade, várias vezes.**

Outrossim, por ocasião do indeferimento do pedido de revogação da prisão preventiva, o douto Magistrado a quo, **ressaltou mais uma vez a gravidade in concreto dos delitos, e sua hediondez, praticados mediante violência contra criança, acarretando, inclusive, transmissão de doença sexual à vítima.**

Resta sobremodo claro, portanto, que o douto Magistrado a quo demonstrou concretamente e com motivação adequada, a necessidade da custódia cautelar, em perfeita consonância com a norma do artigo 93, inciso IX, da Carta Constitucional de 1988 e com os ditames do artigo 312 do Código de Processo Penal, não havendo lugar, por inadequação, para aplicação de nenhuma das medidas cautelares pessoais elencadas no artigo 319 do diploma processual antedito.

[...]

In casu, os fundamentos que deram suporte à custódia cautelar do recorrente se ajustam perfeitamente à orientação jurisprudencial desta Corte Superior, conforme os seguintes precedentes: HC n. 402.796/SC, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 12/12/2017, RHC n. 89.590/MG, Ministro Antonio

Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe 4/12/2017, HC n. 406.026/RS, Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe 23/10/2017 e RHC n. 85.025/SC, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1º/8/2017.

Pelo exposto, **não conheço** do recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 19 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

